

O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL DA MULHER CAPIXABA (1845-1850)

Cleonara Maria Schwartz Lucas

Este pôster tem como objetivo apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a cultura escolar no processo inicial da escolarização pública da mulher no Espírito Santo em que se buscou analisar a contribuição da escolarização formal para a formação das primeiras escritoras capixabas. Dentro desse contexto temático, a investigação se prendeu às seguintes questões: 1) Como ocorreu o processo de instituição da primeira escola pública para mulheres no Espírito Santo? 2) Como se configurava a cultura escolar nessa época? 3) Que transformações a escola formal instaurou no contexto cultural capixaba, no que diz respeito à produção escrita da mulher?

Para o estudo dessas questões, foram priorizadas diversas fontes documentais, tais como: leis, regulamento, relatórios de presidentes da Província, jornais, obras de referência acerca da história do Espírito Santo e correspondência entre a professora da primeira escola pública para mulheres e as autoridades responsáveis pela instrução pública, incluindo solicitações de lista de materiais para organização e manutenção da escola e “mappa das alumnas” do período de 1845 a 1850. Deve ser ressaltado que esse recorte levou em conta o período inicial de constituição e funcionamento da primeira escola pública para meninas no Espírito Santo que foi determinante do quadro de uma literatura feita por mulheres no Estado, pois a produção literária da mulher capixaba teve início após os primeiros anos de funcionamento dessa escola (Ribeiro, 1998).

O suporte teórico-metodológico da pesquisa inseriu-se na área da História Cultural, apoiando-se nas categorias de “representação”, “discurso”, “cultura escolar”, “cultura material” e “apropriação”, tendo como âncora os pressupostos dos seguintes autores: Chartier, Dominique Julia, Guy Vicent, Bernard Lahire, Daniel Thin, Bucaille e Pesez.

1 O processo de constituição da primeira escola pública para meninas capixabas

A constituição da primeira escola pública para meninas capixabas se efetivou em um contexto demarcado pelas legislações em nível nacional e local. Nesse sentido, deve

ser destacada a 1ª Lei Geral de Ensino do Império que, ao definir um conjunto de regras para o funcionamento das escolas, demonstrou não só a preocupação do governo em expandir o acesso à educação a todas as camadas da população pela abertura de escolas de primeiras letras em todas as Vilas e Províncias, mas também revelou a intenção de uniformização de método e de conteúdos a serem seguidos pelas escolas. Essa política se intensificou com o ato adicional de 1834, que fez suceder uma série de normatizações referentes à instrução pública por parte das Províncias, visto que a responsabilidade da educação primária passou a ser delas (Faria Filho, 2000).

No caso capixaba, a repercussão dessas medidas é visualizada por meio dos relatórios dos Presidentes da Província que revelam a preocupação predominante das autoridades locais em seguir as normatizações do Governo Central. Nessa direção, percebe-se que o esforço de ressaltar com veemência a precariedade das condições educacionais, traduzida a partir da escassez de recursos e de profissionais qualificados para educar a população, pode ser compreendido como tentativa de se cumprir o que determinava o Poder Central, via criação de leis, para contratação de professores, para abertura de escolas e elaboração de Regulamentos para a instrução primária, conforme predominou no cenário brasileiro em meados do século XIX.

Nesse contexto, em 1835, foi criada a primeira cadeira de primeiras letras para meninas, pela Lei nº 4. Cadeira que ficou vaga até 1845 por “falta de profissional capaz”. Somente nesse ano foi contratada a professora Maria Carolina Ibrense Brasileira para providenciar o local e a organização da primeira escola pública para meninas que deveria ser localizada na Vila da Victória, por determinação da Lei nº 1 de 1843. Em fevereiro de 1846, foi aprovado o Primeiro Regulamento das escolas de primeiras letras da Província do Espírito Santo, no governo de Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

O Primeiro Regulamento teve a função de normatizar a vida das escolas públicas de instrução primária, no que se refere ao método de ensino, aos conteúdos, ao provimento, vencimento, habilitação, suspensão, demissão, remoção dos professores e inspeção das escolas. Esse documento mostra o discurso subjacente ao projeto de educação primária do Império, visto que mais tarde “foi adotado em todo o Império na

Reforma Couto Ferraz, quando este tornou-se Ministro do Império, vindo o Espírito Santo ser pioneiro da nova organização” (Coutinho, 1993, p. 74).

Pode-se perceber que o Regulamento buscava instituir uma determinada organização uniforme dos saberes escolares consoante com o poder central, visto que seguiam as orientações da Lei Geral de Ensino, principalmente no que tange à caracterização do conteúdo de ensino, com a predominância de um currículo de base humanista fundamentado nos preceitos da doutrina cristã. É importante destacar que esse Regulamento se constituiu em discurso que buscou não só atender à legislação central do Poder Imperial, mas também foi um meio de o Poder Imperial divulgar um modelo de cultura escolar visando à intervenção e regulação nas demais províncias.

2 A cultura escolar da primeira escola pública para meninas

Além desses dispositivos, fazem parte da cultura escolar outros aspectos que vão além das normas que definem saberes e condutas a serem repassados no espaço escolar. Trata-se das práticas que permitem a transmissão de saberes, de comportamentos e de normas, como explicitado por Dominique Julia (1993), e que compõem a forma escolar subjacente à cultura escolar predominante em determinada época, no sentido empregado por Guy Vicent, Bernard Lahire e Daniel Thin (1994).

Esses conceitos se coadunam com o que observa Viñao-Frago, quando se refere à cultura escolar como o *“conjunto de aspectos institucionalizados ao cotidiano do fazer escolar, aos modos de pensar, aos objetos escolares, a materialidade física”* (apud Veiga, 2000). Assim, como toda cultura é impregnada de materialidade, entende-se que a cultura material é elemento importante nessa configuração da forma escolar, visto que *“as necessidades materiais exprimem a cultura e são a cultura propriamente dita”* (Bucaille & Pesez, 1989, apud Veiga, 2000). De acordo com Veiga (2000, p. 4), a noção de cultura material amplia a reinterpretação de uma determinada cultura *“seja na compreensão do sentido que as sociedades dão aos objetos, seja na identificação das marcas neles presentes, expressão das múltiplas experiências humanas de produção, negação e apropriação de culturas”*.

Dessa forma, a partir desses princípios nos detivemos a analisar a lista de materiais solicitados pela professora Maria Carolina ao Vice-Presidente da Província do Espírito Santo para organização da primeira escola pública para meninas. Esses objetos, ao fazerem parte da representação da professora sobre a forma de organização escolar, apresentam-nos o universo cultural escolar da época, no que tange à educação feminina. Apesar de não poder ser estabelecida uma relação direta entre eles e o uso que a professora fazia deles, os materiais indicam a existência do modelo e forma de organização do ambiente escolar que predominava no início da escolarização formal da mulher capixaba.

Assim, a listagem de móveis e utensílios é reveladora de saberes escolares e de relações de ensino e aprendizagem predominantes nesse contexto, além de expressar que o funcionamento da escola prescindiria de mobílias, utensílios de higiene e materiais pedagógicos, revelando os critérios higiênicos, pedagógicos e religiosos subjacentes ao modelo de educação predominante na época.

Nesse sentido, vale ressaltar que “hum relógio de parede” configurava, na primeira escola, uma atividade de ensino organizada também a partir de um tempo: o tempo escolar. Nos limites desse tempo, as crianças iriam receber os ensinamentos baseados nos princípios de ordem religiosa, moral e cívica reafirmados pela “imagem do Senhor Crucificado”, pelo “dito do Augusto Imperador” e pela “coleção de máximas morais”.

Nesse ambiente escolar, “Huma cadeira de braços com assento de palhinha”, “huma mesa com abá, pequena, e de jacarandá” demarcavam o lugar da professora, enquanto o lugar das crianças se vislumbrava pelos móveis e materiais relacionados com os ensinamentos escolares. Nessa direção, as crianças receberiam os ensinamentos referentes à “arithimética”, utilizando “dous bancos” e “huma táboa negra para essa mesa”. A leitura seria trabalhada utilizando-se as “cartas manu-scritas”, colocadas em molduras, e as cartas impressas. No que se refere à escrita, pode ser visualizada uma prática de “exercícios orthográficos” que seriam feitos em lousas, com uso de estiletes.

Os “vidros” solicitados sugerem um ambiente em que os elementos da cultura escrita, como a coleção de máximas morais, estariam organizados e expostos no ambiente escolar reforçando a preocupação com a formação moral das alunas. Já a “talha para

água”, “a banca para a dicta”, “duas canecas brancas”, “duas bacias”, “dous pratos para lavar as mãos”, “o lavatorio” e o “capacho para limpar os pés” dão pistas para o reconhecimento de um espaço de ensino que privilegiava também a preocupação com os hábitos de higiene. Ocupavam, ainda, centralidade na formação das alunas da primeira escola de primeiras letras as aulas de costuras e bordados, que seriam inviáveis sem a utilização de “bastidores”, “collecção déxemplares de desenhos de marca”, “libra de lã”, “talagarça”.

Essa forma escolar, subjacente à cultura escolar da época, tem sua significação traduzida pela materialidade dos objetos solicitados pela professora Maria Carolina e se reafirma por meio dos “mappas das alunas” que a professora era obrigada a enviar semestralmente às autoridades responsáveis pela instrução pública no Espírito Santo. Os “mappas das alunas” da aula pública de meninas da Vila da Victória se constituíram, como fonte de pesquisa, em instrumento revelador de aspectos didático-pedagógicos que faziam parte das representações da professora Maria Carolina Ibrense Brasileira e foram importantes para resgatar a memória das experiências escolares, no que se refere aos saberes escolares priorizados no início da escolarização, e a aspectos da prática de avaliação a que eram submetidas as alunas.

Os “mappas” contêm, dispostos em colunas, os nomes das alunas, as idades, as avaliações da professora quanto aos aspectos de conduta da letra, conduta moral, leitura, escrita, arithimética, além de observações sobre bordado e costura. No final, eram apresentados os nomes das alunas que saíam por estarem em estado adiantado nos ensinamentos.

Por meio desses mappas, pode-se observar a consonância quanto à configuração dos saberes escolares, de 1845 a 1850, entre o que dispunha a legislação e as representações da professora Maria Carolina, além da modificação dos aspectos que eram avaliados pela professora, o que possibilita delinear a configuração de saberes escolares que perfaziam os ensinamentos na primeira escola pública para meninas na Vila da Victória.

Essa consonância é indicativo de que, no Império, o Governo Central lançou mão de medidas reguladoras e uniformizadoras para a organização da instrução pública, o que

pode ser interpretado como um projeto de intervenção oficial, conforme já assinalado por Gama & Gondra (1998) em estudo realizado sobre a instrução pública no Rio de Janeiro.

3 As primeiras produções literárias das mulheres capixabas

Foi no meandro dessa forma escolar, responsável pela formação das primeiras alunas da primeira escola pública na cidade de Vitória, que advieram as primeiras produções literárias da mulher capixaba tomadas, nesta investigação, como documento histórico.

O Correio da Vitória, em 29 de dezembro de 1849, no número 100, publicou as produções literárias de duas alunas da professora Maria Carolina Ibrense Brasileira. Essas produções foram apresentadas pela primeira vez no dia 20 de dezembro de 1849, na ocasião dos exames finais, e se constituem em poemas que, quando analisados à luz do delineamento da forma escolar, que foi responsável pela formação das primeiras escritoras capixabas, permitem visualizar as apropriações feitas pelas alunas no decorrer da sua escolarização.

Nesses poemas foi possível resgatar marcas da história escolar vivida nessa época por meio das representações das alunas quanto ao papel do ensino, da instrução em suas vidas. Dessa forma, pode-se observar que o valor do ensino foi apropriado com o mesmo valor que “o sol tem para as flores”, visto que os versos sugerem que, como a vida da flor depende do sol, a mocidade, a formosura, a vida da mulher depende da instrução. Os versos expressam, ainda, que é pela instrução que a mocidade feminina alcançaria virtudes. O ensino era tido como elemento responsável para gerar a esperança de suas mentes elevarem-se a um nível superior. Nesse sentido, a virtude, as letras, as artes e a costura é que permitiriam uma formação da mulher em âmbito mais elevado.

Finalmente, é possível afirmar que as marcas da história escolar das primeiras alunas da primeira escola pública para meninas no Espírito Santo, que transparecem nos versos das primeiras produções literárias da mulher capixaba, assinalam apropriações efetivadas na trajetória escolar. Apropriações que tiveram como suporte uma determinada forma escolar que, por tática ou estratégia, difundiu ou impôs um modelo cultural que foi perpetuado em suas primeiras publicações.

Referências:

COUTINHO, José Maria. **Uma história da educação no Espírito Santo**. Vitória: DEC, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte : Autêntica, 2000.

GAMA, Zacarias Jaegger; GONDRA, José Gonçalves. **Uma estratégia de unificação curricular**: “Os estatutos das escolas públicas de Instrução primária”. Rio de Janeiro. 1865. Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, set.1998. Mimeogr.

JULIA, D. **La culture scolaire comme objet historique**. Palestra proferida na Conferência do XV ISCHE, Lisboa, jul. 1993. Mimeogr.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Antologia de escritoras capixabas**. Vitória : Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, NPLES, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais**. [CD-ROM]: Trabalho apresentado no I CBHE, Rio de Janeiro nov. 2000.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sur l’histoire et la théorie de la forme scolaire. In: **L’éducation prisinnière de la forme scolaire?** Scolarisation et socialization dans les sociétés industrielles. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1994. p. 11-48.

VINCENT, G. La forme scolaire. In: **L’école primaire française**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon et Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1980. p. 33-48.

Apresentação Gráfica do Pôster

